



PREFEITURA MUNICIPAL
RIO CLARO

Seção de Legislação do Município de Rio Claro / SP

LEI MUNICIPAL Nº 4.099, DE 14/09/2010
INSTITUI GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE MÉDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei: -

Art. 1º Fica instituída a Gratificação por Desempenho e Produtividade Médica, a ser concedida somente aos profissionais médicos que realizam atendimentos nas unidades básicas de saúde - UBS e atendem na rede básica de saúde e que ocupam o cargo de médico - ambulatorial, não cabendo qualquer exceção.

§ 1º A Gratificação por Desempenho e Produtividade Médica denominada de GDPM-UBS corresponderá, no máximo, a 3 (três) vezes o valor da referência salarial CNA 1 em vigor na Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro.

§ 2º A Gratificação por Desempenho e Produtividade Médica denominada de GDPM-UBS será paga mensalmente e poderá ser paga integralmente ou em parte, conforme critérios a serem estabelecidos na regulamentação da presente Lei.

§ 3º O profissional médico que realiza atendimentos nas unidades básicas de saúde - UBS e que ocupa o cargo de médico - CNS/A para obter a Gratificação estabelecida na presente Lei deve atender aos requisitos estabelecidos na presente Lei e na regulamentação da mesma, devendo ser requerida pelo médico.

§ 4º A regulamentação da presente Lei poderá estabelecer critérios para o recebimento de 1 (uma) vez 1,5 (uma) vez e meia, 2 (duas) vezes, 2,5 (duas) vezes e meia ou 3 (três) vezes o valor da menor referência salarial em vigor na Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro.

Art. 2º A Gratificação instituída por esta Lei será paga com base em critérios de medição de produtividade a serem fixados por Portaria do Presidente da Fundação Municipal de Saúde, observadas:

I - a avaliação do desempenho institucional, que visa aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, devendo ser considerados os projetos e atividades prioritárias e as condições especiais de trabalho, além de outras características específicas de cada unidade ou setor; e

II - a avaliação do desempenho individual, que visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições da competência, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 1º A avaliação do desempenho individual será aferida mensalmente, na forma estabelecida da regulamentação da presente Lei.

§ 2º Somente terão direito à Gratificação instituída pela presente Lei os médicos que ocupam cargo de médico - ambulatorial - e que não apresentarem faltas injustificadas no decorrer do mês e atenderem a critérios estabelecidos na regulamentação da presente Lei.

§ 3º No caso de faltas justificadas, os eventuais descontos quanto à gratificação da presente Lei serão proporcionais aos dias faltosos, segundo critérios a serem elaborados pela Secretaria/Fundação Municipal de Saúde.

Art. 3º Sobre a importância paga a título de Gratificação por Desempenho e Produtividade Médica denominada de GDPM-UBS - não incidirá descontos de caráter previdenciário.

Art. 4º Não será concedida a gratificação da presente lei ao profissional médico lotado na unidade de saúde do programa de saúde da família e/ou para o médico que ocupa o cargo de médico do programa de saúde da família, bem como o médico plantonista que atua nas unidades de saúde de urgência e emergência.

Art. 5º Para efeito do pagamento de décimo terceiro salário e férias, o cálculo será feito considerando a média dos valores efetivamente pagos como Gratificação por Desempenho e Produtividade Médica denominada de GDPM-UBS, concedido no período aquisitivo de referência.

Art. 6º A gratificação prevista na presente Lei não será incorporada à remuneração dos médicos-ambulatorial, não servindo de base de cálculo para concessão de outros direitos ou vantagens devidos aos respectivos servidores.

Art. 7º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 21.02.10.301.1007.2951.3190 da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro, vigente para o exercício de 2010 e suas respectivas para os exercícios seguintes, suplementadas, oportunamente se necessário.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento a dotação referida no artigo anterior, com a finalidade de atender ao que está previsto na presente Lei.

Art. 9º Esta Lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo, por Decreto, em até 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 10. Fica extinta a Gratificação por Produtividade/Resolutividade criada pela [Lei Municipal nº 2.784/1995](#) de 29 de novembro de 1995, artigo 9º e 10, somente para os profissionais médicos abrangidos pela presente Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do mês seguinte.

Rio Claro, 14 de setembro de 2010.

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

JOSÉ RENATO GONÇALVES
Secretário Municipal de Administração

